

A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades

The importance of an intersectional perspective in research on digital technologies: analysis on lesbianities

La importancia de una perspectiva interseccional en la investigación sobre tecnologías digitales: análisis sobre lesbianidades

Dayane BARRETOS¹

Kellen XAVIER²

Joana ZILLER³

Isabela BETTONI⁴

Leíner HOKI⁵

Resumo

Neste artigo buscamos destacar a importância de um olhar interseccional em análises que voltam a atenção para as experiências das lesbianidades. Entendendo que há muitas formas de ser lésbica, partimos do pressuposto de que as opressões vivenciadas com relação à dissidência de sexualidade se conjugam com outras opressões. Compreende-se que há um padrão desejável que é privilegiado e, portanto, ganha mais visibilidade em plataformas de mídias sociais como *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*, criando um ideal de lesbianidade. Para cercar essas questões, resgatamos as análises realizadas ao longo dos últimos anos nessas plataformas, denunciando o caráter anti-interseccional dos algoritmos de mídias sociais.

Palavras-chave: Lesbianidades; Interseccionalidade; Plataformas de mídias sociais; Algoritmo anti-interseccional.

¹ Doutora pelo PPGCOM/UFMG. E-mail: dayanebarretos@gmail.com. ORCID: 000-0002-1947-4439

² Doutoranda do PPGCOM/UFMG. E-mail: kellencxavier@gmail.com. ORCID: [0000-0003-2590-4404](https://orcid.org/0000-0003-2590-4404).

³ Professora permanente do PPGCOM/UFMG. E-mail: joana.ziller@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3150-1567

⁴ Mestre em Direito pela UFMG, advogada. E-mail: isabellabettoni2@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2703-2988

⁵ Mestre em Artes pelo PPG-ARTES/UFMG. E-mail: leinerhoki@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7263-2512



Abstract

In this article we seek to highlight the importance of an intersectional view in analysis that focus attention on the experiences of lesbians. Understanding that there are many ways of being a lesbian, we start from the assumption that the oppressions experienced in relation to the dissidence of sexuality are combined with other oppressions. It is understood that there is a desirable pattern that is privileged and therefore gains more visibility on social media platforms such as *YouTube*, *Instagram* and *TikTok*, creating an ideal of lesbianity. To surround these questions, we rescued the analysis carried out over the last few years on these platforms, denouncing the anti-intersectional character of social media algorithms.

Keywords: Lesbianities; intersectionality; Social media platforms; Anti-intersection algorithm.

Resumen

En este artículo buscamos resaltar la importancia de una mirada interseccional en los análisis que centran la atención en las experiencias de lesbianas. Entendiendo que hay muchas formas de ser lesbiana, partimos del supuesto de que las opresiones experimentadas en relación a la disidencia de la sexualidad se combinan con otras opresiones. Se entiende que hay un patrón deseable que se privilegia y por lo tanto gana más visibilidad en plataformas de redes sociales como *YouTube*, *Instagram* y *TikTok*, creando un ideal de lesbianidad. Para rodear estas preguntas, rescatamos los análisis realizados en los últimos años sobre estas plataformas, denunciando el carácter anti-interseccional de los algoritmos de las redes sociales.

Palabras clave: Lesbianidades; Interseccionalidad; Plataformas de redes sociales; Algoritmo anti-interseccional.

Introdução

Quais são as experiências das lesbianidades que se dão a ver nas plataformas de mídias sociais? A partir dessa inquietação inicial, buscamos descortinar as operações de visibilidade/invisibilidade que operam em um contexto de hierarquização e valorização desigual dos corpos e vivências presentes no social e, além disso, reproduzidas em mídias que circulam no *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*.

Desse modo, nos interessa investigar como as lógicas algorítmicas, de caráter anti-interseccional, contribuem para privilegiar uma experiência padronizada das lesbianidades, principalmente no que se refere às dinâmicas visuais que caracterizam essas plataformas. Para tanto, trazemos as reflexões das abordagens interseccionais,



bem como da perspectiva decolonial, com o intuito de entender que as opressões vivenciadas não podem ser homogeneizadas. Pelo contrário, devem ser conjugadas de forma que seja possível ampliar o olhar para sua multiplicidade, bem como entendidas enquanto fruto de um projeto de ordem moderna-colonial, o que dificulta a circulação de produções que abordam as vivências de mulheres lésbicas que não sejam brancas, magras, jovens, sem deficiência (ZILLER *et al.*, 2022).

Para melhor compreender essas operações de hierarquização e privilégio de visibilidade, trazemos algumas reflexões sobre as análises realizadas nessas plataformas nos últimos anos no Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL). É importante destacar que tais análises não foram realizadas simultaneamente, de maneira que, nesse artigo, apresentamos um compilado de debates, procurando tecer considerações sobre a importância de um olhar interseccional ao discutir questões sobre lesbianidades em plataformas digitais.

O que entendemos por lesbianidade

Mesmo entre mulheres que se consideram lésbicas, sapatonas, mulheres gays ou homossexuais não há, como veremos a seguir, consenso nem sobre o que as caracteriza. Publicada em 1949, a afirmação de Simone de Beauvoir de que “Não se nasce mulher, torna-se” é, certamente, seu axioma mais replicado. Nele está contida a constatação de que as identidades são social e culturalmente constituídas, dentro de um determinado recorte espaço-temporal. A materialidade daquilo que pode-se considerar como a “mulheridade”, refuta a ideia de uma pretensa essência feminina ahistórica e indeterminada contida e manifestada na fêmea humana, a qual outras e outros pesquisadores como Beauvoir (2016), Butler (2017) e Connel & Pearse (2015), para citar alguns, também combatem.

Sendo assim, uma vez que a cisgeneridade heteronormativa – produzida a partir de binarismos estanques – compõe a sociedade, ocorre uma hierarquização no que se refere à validação e valorização das existências. Contudo, por mais que tais essencialismos já sejam questionados há muito tempo, há ainda lógicas hierárquicas que devemos escancarar, para que seja possível escapar de visões simplistas que homogeneizam as múltiplas experiências de gênero e sexualidade.



Lugones (2020) aponta para dicotomia homem/mulher, o dimorfismo biológico e a heterossexualidade como o lado claro/visível do que chama de organização colonial e moderna de gênero. Ainda sobre esse aspecto, Oyewùmí (2021) entende que o “gênero é uma construção de duas categorias em relação hierárquica entre si e [que] está embutido nas instituições” (p. 79). Seu argumento baseia-se na existência de outras formas de organização social observadas na sociedade Iorubá, em que há “distinção sem diferença social” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 76), isto é, em que não há classificação social baseada no corpo. Uma vez que a distinção é específica para questões de reprodução, não haveria gênero e, assim, nem mulheres – ou homens – independentemente de suas práticas afetivossexuais. As reflexões dessas duas autoras nos ajudam a entender que o gênero e a heterossexualidade, tal como se configuram hoje em nossa sociedade, estão intimamente vinculados a um pensamento de ordem colonial.

Partindo da perspectiva de Foucault (1988), que considera que os investimentos discursivos e materiais sobre o corpo são fundamentais para os processos de subjetivação na modernidade, entendemos que intervenções normativas atuam sobre as miudezas do corpo, contribuindo para a consolidação de regimes específicos de inteligibilidade. Esses regimes vão prescrever os comportamentos normais e anormais, utilizando a norma como ferramenta que organiza e hierarquiza as formas de existir nos processos de socialização.

Neste sentido a construção de gênero se relaciona com um suposto alinhamento entre o que seriam órgãos sexuais biológicos, comportamento e desejo, dentro da matriz binária heteronormatividade (BUTLER, 2017). A matriz heterossexual, além de tentar atribuir como norma a coerência entre sexo/gênero/desejo, produz diferenças rígidas entre o Homem e a Mulher, além de uma concepção de complementariedade entre esses ideais normativos inscritos em maiúscula na cultura.

Teresa de Lauretis (1994) considera que o sujeito se constitui no gênero não apenas pela diferença sexual, mas pela linguagem e, conseqüentemente, pelas representações culturais, evidenciando assim, o papel das representações culturais, presentes nas mídias, na constituição mesma do gênero e das normas a ele vinculados. Em suas palavras “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 1994, p. 212), nesse sentido, as



dinâmicas visuais e as lógicas algorítmicas de que tratamos aqui, estão inseridas em um contexto cultural e midiático em que gênero se constrói e se representa a si mesmo.

Também compreendendo o importante papel da linguagem na constituição do gênero e com o objetivo de denunciar esse sistema heteronormativo, Monique Wittig (1980, p. 6) afirma que "as lésbicas não são mulheres". Essa máxima radical proposta pela autora é uma forma de evidenciar a lógica heterossexual que compõe a própria noção de mulher na nossa sociedade. Ou seja, o termo "mulher" teria significado apenas nos sistemas de pensamento heterossexuais. Sendo assim, ao não reproduzir a heterossexualidade em suas vidas, ao recusar essa espécie de regime político, as mulheres lésbicas deixariam de pertencer à categoria Mulher. Lessa (2007) vai mais a fundo e propõe que por não serem vistas nem como mulheres e nem como homens, as lésbicas estariam além da categoria sexo/gênero.

Os questionamentos de Wittig (1980) e Lessa (2007) nos auxiliam a enxergar como as lesbianidades vão adicionar novas nuances ao debate sobre o gênero e as hierarquias a eles relacionadas dentro dos parâmetros construídos paralelamente à colonialidade.

Como Wittig (1980), Adrienne Rich (2010) foi astuta, em meio a reivindicações feministas que pouco contestavam a heterossexualidade, ao abordar estas relações com a compreensão de que "o reforço da heterossexualidade para as mulheres (é) um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas", de forma que a heterossexualidade compulsória deve ser tema de debate nos feminismos (RICH, 2010, p. 34). Além disso, ela denuncia como a invisibilidade da possibilidade lésbica (ou, com uma visão interseccional e mais abrangente, poderíamos dizer, a possibilidade de relacionamentos não heterossexuais) acaba sendo "um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos para, depois, voltar a ser submerso novamente" (RICH, 2010, p. 34).

Rich (2010) também constrói o conceito de *continuum* lésbico, segundo o qual há outros aspectos de identificação entre mulheres para além do desejo. Ela questiona a centralidade de identificação e atribuição de lealdade social, política e intelectual aos homens por parte das mulheres (de diversas orientações sexuais) para



propor entre mulheres "um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político" (RICH, 2010, p. 36)

A noção de *continuum* lésbico retira a sexualidade do cerne da definição de lesbianidade, o que, por mais que a liberte de uma necessidade de estar atrelada à práticas sexuais, acaba também acarretando uma dificuldade de definição, o que pode contribuir para sua invisibilização.

Nesse sentido, a determinação de um recorte para aquilo que se entende como lesbianidade e sua adequação continua em disputa. Agostini (2010) aponta um patamar mínimo, das lésbicas como mulheres que preferem se relacionar sexualmente com mulheres. Facchini, por motivos operacionais, adota “mulheres com práticas homoeróticas” (2008, p. 199). Outras abordagens, por diferentes motivações, também evitam o termo *lésbica*, ampliando o escopo. Pinheiro (2018) registra o uso de Mulheres que Amam Mulheres (*mam*, ou, nos fandoms analisados por ela, *Women Who Love Women*, representado pela sigla *wlw*). Similar ao *mam*, o *MSM*, ou mulheres que fazem sexo com mulheres, é usado por abordagens epidemiológicas – nos dois casos, com a possibilidade de incluir mulheres bissexuais/monodissidentes e outras que escapam à delimitação identitária.

O afastamento da noção da lesbianidade como identidade, ainda que importante para abordagens como a da epidemiologia, também traz desvantagens. Ao adotar o *MSM*, por exemplo, as abordagens epidemiológicas ampliam o escopo de políticas para além das lésbicas. Entretanto, deixam escapar as mulheres que se identificam como lésbicas, mas não são adeptas a práticas sexuais. O mesmo vale para o *mam*, com o agravante de centrar-se especificamente no amor e não na sexualidade. Assim, o *mam* desconsideraria mulheres que fazem sexo com mulheres sem um envolvimento amoroso e poderia ajudar a fortalecer a ideia da mulher como um ser pouco sexuado, alheio ao desejo (ARC, 2009; GIMENO, 2008; MÍCOLLIS & DANIEL, 1983). Por outro lado, a reafirmação das identidades, secundarizadas em termos como *MSM* e *mam*, é tida como muito importante por vários segmentos envolvidos direta ou indiretamente com as pautas LGBT+, como os movimentos sociais (ALMEIDA & HEILBORN, 2008).

Mesmo no âmbito das identificações e significações dos sujeitos em torno dos conceitos, a sexualidade não é o único elemento a ser considerado. Almeida e Heilborn (2008) apontam a construção da identidade lésbica como um processo que



imprime modificações no corpo. Para Brandão (2010), a construção das identidades lésbicas é um processo social que articula tanto o gênero, quanto a sexualidade e os afetos. Entretanto, ressalta que nenhum desses elementos é estático como a definição de uma identidade pode pressupor, apontando, portanto, os riscos de uma fixidez em termos de identidade.

A partir das inquietações apresentadas, levando em conta as contribuições e as armadilhas de cada uma das definições expostas, chegamos a uma concepção dupla de lesbianidade: ao mesmo tempo como identidade e como prática. Assim, a identidade não perde espaço e nem é invisibilizada de forma a perder sua potência política, bem como leva-se em consideração a auto identificação. Mas também não se perdem de vista as práticas cotidianas que dão contorno às lesbianidades e que, de certa forma, independem de uma definição da orientação sexual. Essa perspectiva nos permite entender, portanto, que uma mulher pode se relacionar sexualmente e/ou se envolver afetivamente com outra sem se identificar como lésbica. Essas práticas continuam sendo caracterizadoras das lesbianidades pela sociedade, estão atreladas a um *continuum* lésbico, mas não necessariamente delimitam a forma como a pessoa se denomina.

É essa noção dupla de lesbianidade – como identidade e como prática – que é a base das nossas pesquisas. Também consideramos que a classificação das práticas sexuais, das definições e identificações é de caráter íntimo e subjetivo. Sendo assim, nas coletas realizadas para a definição de nosso corpus de pesquisa, buscamos os perfis e conteúdos em que a identificação como lésbica/sapatão já se apresente como dado, fazendo parte, portanto, de um recorte pré-estabelecido.

Contudo, para além de elaborar um entendimento sobre lesbianidades, que nos serve de ponto de partida, percebemos ao longo das reflexões realizadas conjuntamente no Grupo de Estudos em Lesbianidades a necessidade de olhar para outros componentes das vidas das mulheres, que contribuem para diversificar ainda mais as experiências da sexualidade, dando outros contornos às opressões que vivenciamos por causa dessa dissidência sexual. É a partir daí que o debate sobre interseccionalidade torna-se fundamental para nossas investigações.

A importância de um olhar interseccional



As perspectivas interseccionais, apresentadas principalmente por feministas negras e mulheres de cor, nos ajudam a complexificar o olhar em nossas análises sobre as experiências das lesbianidades. Partimos então da concepção cunhada por Crenshaw, em que “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Dessa forma, os eixos, ou avenidas identitárias, estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Entre eles estão, principalmente, a raça, a classe e o gênero/sexualidade, mas somam-se a eles a idade, o peso, a deficiência e a geolocalização.

A experiência multidimensional das mulheres negras é o ponto de partida para a construção do conceito de interseccionalidade. Dessa forma, ela é considerada central para a análise a partir da compreensão de que esta vivência não se dá simplesmente com a soma do racismo e do sexismo (CRENSHAW, 1989, p. 140). Neste sentido,

a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (KYRILLOS, 2020, p. 1).

Nesta perspectiva também é essencial a compreensão de que não há hierarquia na opressão (LORDE, 2019b). Ou seja, as diferentes estruturas de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, se (re)produzem mutuamente de forma que o projeto de combate às opressões deve considerar as complexidades destas relações. São muitas as críticas aos feminismos hegemônicos (hooks, 2015) que consideram apenas uma visão unidimensional e essencialista de "mulher": branca, de classe alta, cis, heterossexual. Nesse sentido, as denúncias e problematizações apresentadas nas reflexões sobre a interseccionalidade nos ajudam a escapar de uma concepção universalizante das opressões de gênero, chamando atenção para a forma multifacetada e entrecruzada com que elas podem ser vivenciadas. Ao adicionarmos o componente de sexualidade, há uma ampliação do olhar para as nuances das experiências das lesbianidades em cruzamento com as demais avenidas identitárias, sem a qual não é possível produzir análises que realmente busquem contemplar tal multiplicidade: tanto das variadas formas de exercer a sexualidade lésbica, como de vivenciar opressões vinculadas a ela.



Na antologia *This bridge called my back: writings by radical women of color* (1998) organizada por Gloria Anzaldúa e Cherríe Moraga, mulheres feministas de cor, lésbicas, indígenas, judias, do sul global, entre tantas outras, se reúnem para relatar suas vivências e questionar este cânone feminista que as deixava às margens, contribuindo para sua invisibilização e para a perpetuação de violências. A coletânea explicita as diversas experiências possíveis nas conexões entre opressões e evidencia, nos relatos das mulheres lésbicas, a multiplicidade de vivências das lesbianidades (MORAGA; CASTILLO, 1988).

Para lidar com a complexidade de “não escolher entre as suas identidades” (MORAGA; CASTILLO, 1988, p. 4), Anzaldúa desenvolve a noção de fronteira, sustentando as contradições e transformando a ambivalência em potência: “como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças” (ANZALDÚA, 2005, 707-708). Na coletânea também é desenvolvida a ideia de ponte, buscando uma conexão entre grupos sociais com marcadores distintos, pois “não temos o luxo de estarmos separadas uma das outras” (MORAGA; CASTILLO, 1988, p. 6).

Na linha do que propomos aqui e já pensando sobre a lesbianidade, Cherríe Moraga (1988) destaca que:

Foi só quando reconheci e confrontei minha própria lesbianidade crua que senti uma identificação íntima com minha mãe, com sua opressão por ser pobre, sem instrução e chicana. Minha lesbianidade é a avenida que me permitiu entender melhor o silêncio e a opressão, e continua sendo o lembrete mais claro de que não somos seres humanos livres. (MORAGA, 1988, p. 21, tradução nossa)

A lesbianidade transforma-se então em um componente na vida das mulheres, nunca o único e, muitas vezes, nem o mais definidor da nossa própria identidade. É nesse sentido que os olhares interseccionais nos auxiliaram em nossos caminhos metodológicos que traçamos nas análises realizadas ao longo dos anos em nosso Grupo de Estudos.

No caso específico da sexualidade, ela é uma das poucas avenidas identitárias que não estão necessariamente marcadas no corpo, como ocorre com raça, idade, gênero, peso e deficiência. Essa característica permite um uso estratégico do armário, nos termos de Sedgwick (2007), principalmente no caso de lésbicas que performam uma feminilidade hegemônica de forma mais evidente. Ou seja, em momentos em



que corremos o perigo de sofrer sanções, como perder o emprego, sofrer discriminação ou até violência, podemos deixar de explicitar nossa sexualidade dissidente para nos protegermos, o que não é possível no caso de outras discriminações, como o racismo, a gordofobia e o capacitismo (no caso de deficiências aparentes). Esse aspecto torna ainda mais importante uma abordagem interseccional quando vamos debater as lesbianidades, especialmente no que se refere às opressões vivenciadas.

Por outro lado, ao olhar para as lógicas de reconhecimento do pertencimento a determinado grupo, seja pela raça, classe, gênero, etnia, local de nascimento ou sexualidade, é possível enxergar algumas semelhanças. Tal aspecto fica explícito na fala de Barbara Cameron (1988), em que ela narra dois momentos muito distintos que a fizeram se entender enquanto indígena. Um deles foi quando a família a levou em uma cerimônia tradicional dos indígenas, chamado *pow-wow*, onde ela pôde sentir "a importância dessas celebrações entre nós, e desde então reconheceu que seu povo era uma nação diferente e grande" (CAMERON, 1988, p. 36). O segundo consistiu em um momento muito doloroso, também em sua infância, quando ela foi pedir doces com amigos da escola durante o *Halloween* e uma senhora, que conhecia todas as outras crianças menos ela, pediu que ela retirasse a máscara e ao perceber que ela era indígena se recusou a lhe dar doces. Os dois episódios, tão diferentes, mostram duas facetas do processo de identificação: entender a si próprio como parte de uma minoria, como pertencente a um grupo que a acolhe e, conseqüentemente, fora do padrão normativo, sofrendo as violências que são dirigidas a sujeitos socialmente estigmatizados. Em nossas análises das produções sobre mulheres lésbicas, percebemos essa dupla lógica emergindo, conforme abordaremos mais adiante.

Lesbianidades e lógicas algorítmicas anti-interseccionais

Até aqui buscamos evidenciar o percurso realizado no âmbito do GEL sobre dois debates que amparam nossas pesquisas: a concepção de lesbianidade de que partimos; a forma como a interseccionalidade complexifica nossa compreensão sobre as variadas formas de vivenciar opressões, que vão se articular de maneiras diferentes com a sexualidade dissidente. Partindo desses dois pontos centrais, nos propusemos



a analisar as plataformas de mídias sociais, a fim de compreender como essas lógicas se dão a ver nesses espaços.

Tal pesquisa desenvolve-se inicialmente em caráter exploratório, mapeando redes de mulheres lésbicas em plataformas de mídias sociais como o *YouTube*, o *Instagram* e o *TikTok*, nos atentando para o caráter híbrido e intermediático de cada uma delas. Nesse sentido, mesclamos métodos digitais e manuais em busca de um melhor resultado analítico. As coletas no *YouTube* foram realizadas utilizando o *YouTube Data Tools*, mas todo o processo de estudo e classificação dos dados foram feitos manualmente. Já no *Instagram* e no *TikTok*, os vídeos analisados foram coletados a partir de um flamar que realizamos nessas redes – sobre o qual falaremos mais a seguir –, buscando, principalmente, através de *hashtags*. Para tanto, fez-se necessário olhar as dinâmicas próprias dessas ambiências em um mapeamento que tem como recorte produções brasileiras.

Entendidas como infraestruturas computacionais (re)programáveis que oferecem as bases para troca de valor entre complementadores e usuários finais a partir do processamento algorítmico e monetização de dados (POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020), as plataformas “não são neutras nem livres de valores, vindo com normas inscritas em suas arquiteturas.” (GROHMANN, 2020, p. 110). Desse modo, ainda que artefatos tecnológicos e práticas sociais se constituam conjuntamente; usuários e materialidades se coproduzem submetidos a relações de poder díspares (D’ANDRÉA, 2020).

Como os *bairros* (APPADURAI, 2004), as plataformas são espaços contextualizadores e contextualizados pelas práticas sociais. Sua linguagem e políticas são majoritariamente as responsáveis por fornecer os limites e as possibilidades de atuação e subversão em seus espaços, mesmo que usuários impactem as configurações das plataformas com suas práticas.

Isto é, ainda que o *YouTube* - a mais antiga das plataformas de mídias sociais das quais tratamos neste trabalho -, pudesse ofuscar sua “força organizacional” sobre a regulação e distribuição de conteúdo em seu espaço pela ausência e uma programação em fluxo oferecida por um produtor central (como na TV), ou pela sugestão de paridade entre produtores de conteúdo e a comunicação em via dupla com seguidores (DIJCK, 2013, p. 121), os conteúdos lá postados são impulsionados ou abafados pela plataforma, afetando sua performance.



Espaço de compartilhamento de vídeos gravados e transmissões ao vivo, o *YouTube* se assemelha à televisão pelo formato de seu conteúdo e pela exibição interrompida por anúncios comerciais ou via assinatura paga para evitá-los. As políticas de monetização aplicadas no *YouTube* visam atender anunciantes de um *público familiar*. Inibem, por exemplo, o uso de vocabulário relacionado às sexualidades dissidentes e a práticas sexuais. A política de segurança infantil envolve a sinalização como conteúdo com restrição de idade para uma série de vídeos que fogem do que convencionam chamar “conteúdo familiar” e que tendem a ser considerados os mais adequados para a veiculação de anúncios.⁶ A pretexto de garantir que os *conteúdos com restrição de idade* sejam acessados “apenas pelo público apropriado”, foi reportada a desmonetização de mais de 900 palavras pelo *YouTube*,⁷ como *gay*, *lesbian* e *LGBT*, enquanto *straight* e *heterossexual* seguiam monetizadas.

No *Instagram*, contas que desrespeitem os termos de uso ou diretrizes da comunidade estão sujeitas ao *shadowban*, que implica a diminuição do alcance de um perfil à medida que a plataforma para de sugeri-lo a novos usuários e passa a ocultar suas postagens mesmo para os seguidores.⁸ Para evitar ter seu alcance diminuído, perfis que se dedicam a tratar de prazer e sexualidade, por exemplo, como os das lojas de produtos eróticos, tendem a empregar imagens metafóricas e manipular a grafia de termos *sensíveis*, como *s3xo*.⁹ Essa manipulação também é usual com palavras frequentemente utilizadas na comunidade *LGBT*, como “*sapat4ao*” e “*v1ado*”, consideradas ofensivas pela plataforma.

O *TikTok*, considerado “uma das plataformas de mídia social mais influentes e amplamente utilizadas no mundo”, por exemplo, influencia os processos de comunicação e interação de modo a encorajar a imitação e a replicação – “não conexões interpessoais, expressões de sentimento ou experiências vividas” – como base da sociabilidade promovida pela plataforma (ZULLI & ZULLI, 2020, p. 2). Isto

⁶ As políticas de monetização do *YouTube* podem ser encontradas em:

<https://support.google.com/youtube/answer/1311392?hl=pt-BR>. Acesso em: 11 ago. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/youtube/estudo-revela-mais-de-900-palavras-desmonetizaveis-no-youtube>. Acesso em: 11 ago. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/08/shadowban-conheca-punicao-do-instagram-que-esconde-posts-de-usuarios.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2022.

⁹ Podemos observar exemplos na comunicação da *NovaPanty*, uma marca que propõe uma abordagem não heteronormativa dos produtos eróticos <https://www.instagram.com/p/CgbrJPOMjo8/>. Acesso em: 11 ago. 2022.



é, a repetição/reafirmação de elementos e padrões majoritários, portanto, é um componente direto da lógica algorítmica que diz que quanto mais um conteúdo circula, mais ele deve ser apresentado às pessoas. Entre os vídeos do *TikTok*, pelo menos três tipos de imitação são identificados: "imitação física - copiar movimentos de dança - imitação reativa - capitalizar e expandir o vídeo de outra pessoa - e imitação narrativa - descrevendo o mesmo tipo de experiências" (ZULLI & ZULLI, 2020, p. 10). A predominância do caráter de repetição nessa plataforma contribui para a reprodução e o reforço ainda maior de ideais em torno do que é ser lésbica, o que vai se dar a partir de padrões corporais/comportamentais muito específicos. Tais características reforçam, portanto, o entendimento de que as especificidades algorítmicas das plataformas de mídias sociais são determinantes para visibilidade dos conteúdos.

Diante do privilégio do visual característico da cultura ocidental (OYEWÙMÍ, 2021), detemos nossas análises sobre três das plataformas de mídias sociais mais populares no Brasil, *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*, que com suas fotos e vídeos, privilegiam o olhar e evidenciam uma predominância do aspecto visual. A classificação social em torno da raça, que estabelece novas identidades geoculturais e sociais, instituída pela colonialidade (QUIJANO, 2001-2002) aparece também nesses bairros virtuais (APPADURAI, 2004), cujas tendências estéticas dominantes parecem centradas racial e geograficamente. Ou seja, os padrões estéticos ali presentes tendem a reproduzir um ideal muito alimentado pela comunidade estadunidense nas plataformas e em que a branquitude predomina.

Assim, como em tantos outros contextos, as plataformas de mídias sociais tornam perceptíveis hierarquizações e invisibilizações no que se refere ao gênero, sexualidade, raça, etnia, faixa etária, geolocalização e classe. De maneira que, como em tantos outros espaços, nem todos corpos circulam e são vistos da mesma forma. Sendo assim, a categorização e hierarquização como princípios organizadores da modernidade se fazem presentes (LUGONES, 2014), assim como a "rejeição institucionalizada da diferença" (LORDE, 2019a, p. 142).

Partindo dessas inquietações, apresentamos a seguir algumas considerações a partir das análises realizadas ao longo dos anos em nosso Grupo de Estudos. Nosso objetivo aqui não é descrever sistematicamente essas análises, mas destacar as principais conclusões a que chegamos no que se refere à predominância de um padrão, que homogeneiza as experiências das lesbianidades e proporciona mais



visibilidade à mulheres brancas, magras, jovens, sem deficiência, evidenciando o caráter anti-interseccional dessas plataformas (ZILLER *et al.*, 2022b).

Sob “lógicas comerciais ancoradas no engajamento dos usuários” (D’ANDRÉA, 2020, p. 7), os algoritmos se prestam a coletar, organizar e distribuir grandes volumes de dados (GILLESPIE, 2018). O objetivo das plataformas é nos manter navegando pelo maior tempo possível, visto que a coleta de nossas informações é uma forma de extração de valor (GROHMANN, 2020). Para isso, os algoritmos tentam antecipar desejos e necessidades (GILLESPIE, 2018), e as empresas responsáveis por eles são acusadas de exercer uma vigilância sobre nós não apenas para fabricar previsões, mas também de modificar, influenciar e controlar comportamentos futuros (ZUBOFF, 2019). Quanto mais usuários circulam pelas plataformas e mais tempo interagem com elas, mais elas aprendem sobre eles a partir de seus padrões de consumo. Seu engajamento alimenta os algoritmos sobre o que gostam ou desgostam, e os ensina o que oferecer para que cada pessoa queira permanecer ali, consumindo todo o conteúdo publicitário acoplado aos corpos e aos estilos de vida que vislumbram pela tela. Enquanto navegamos, cliques, interações, mudanças no volume do áudio, pequenas pausas, padrões de rolamento de página e até movimento dos olhos podem servir como subsídio para prever comportamentos.

Sendo assim, sistematizar o nosso *flanar* pelas plataformas não parece possível, visto que as plataformas constroem roteiros orientados pelos dados coletados de cada usuário e como o uso de *hashtags* tende a atribuir visibilidade a uma dissidência por vez, de modo que, para encontrar lesbianidades outras que não apenas as mais aceitáveis de acordo com uma norma que privilegia a branquitude e seus padrões de expressão de feminilidade e masculinidade, é preciso alimentar os algoritmos com buscas conscientes e consistentes por outros corpos e performances de lesbianidade. Desse modo:

Conforme os usuários ingressam no *TikTok*, eles são primeiro direcionados para indicar seus tópicos de interesse para receber “recomendações de vídeo personalizadas” do complexo algoritmo de aprendizagem de máquina e inteligência artificial do *TikTok* (...). Essa consulta inicial prepara o palco tecnológico para os usuários encontrarem conteúdo de vídeo que considerem particularmente atraente e, presumivelmente, mais replicável. (ZULLI & ZULLI, 2020, p. 6).



Assim, entre filtros e *selfies*, encontramos nas plataformas de mídias sociais espaços mais hostis quanto mais nos afastamos da *norma mítica* (LORDE, 2019a) que entende como ideal de ser humano o branco, magro, macho, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. Ao buscarmos vídeos publicados por mulheres que se autodenominam lésbicas no *TikTok*, encontramos uma *trend* utilizando o trecho da marchinha de carnaval que diz "Maria sapatão, sapatão, sapatão, de dia é Maria, de noite é João". Nela, nos deparamos majoritariamente com mulheres brasileiras de pele clara performando alternadamente feminilidade e masculinidade, a partir de filtros que acentuam os traços considerados desejáveis para as mulheres e trajes esportivos entendidos como masculinizantes, dentro de uma estética marcada pelas imagens midiáticas de uma branquitude estadunidense.

É curioso notar que na segunda parte da música, no momento em que ouvimos "de noite é João" e ocorre uma transição em que as mulheres aparecem com acessórios e roupas entendidos como masculinos, elas mantinham os cabelos longos soltos e os adereços "masculinos" sequer pareciam suficientes para que elas passassem a ser enxergadas como lésbicas desfeminilizadas.

Os marcadores de masculinidade passavam a ser itens de vestuário (como bonés, camisetas e bermudas largas) e certos trejeitos, mas sem abrir mão de filtros que homogeneizam a pele, de maquiagem, cabelos compridos e um certo tributo à magreza, em momentos em que o corpo é exibido de forma mais visível, apesar das roupas largas. Através da análise desses vídeos, pudemos encontrar e perceber certo padrão que se estabelecia: além da predominância da branquitude e da juventude, um certo estreitamento do binarismo entre feminino e masculino no quadrante da feminilidade. Ao evidenciar essa possibilidade de transitar do visual super feminino ao levemente masculino, elas continuam prestando contas à performance da feminilidade conforme esperada principalmente de ocidentais brancas. Em uma evidente negociação com a norma de gênero que atravessa as sexualidades, que, por um lado dificulta que elas sofram as punições direcionadas às lésbicas desfeminilizadas, mas que também permite que elas sejam reconhecidas como parte da comunidade lésbica.

Na coleta realizada no *YouTube*, em que buscamos pelo termo *sapatão*, os 500 vídeos retornados pela ferramenta utilizada eram muito diversos. Um dos aspectos que nos chamou atenção foram as diferentes apropriações do termo "sapatão". Uma parte dos vídeos era produzida por mulheres lésbicas que



demonstravam um orgulho em ser sapatão, já uma outra usava o termo como xingamento – esses, muitas vezes, mostravam mulheres lésbicas desfeminizadas como alvo da violência. O deslizamento semântico do próprio termo, usado como ofensa ou apropriado de forma a inverter seu significado para que ele fosse usado com orgulho, já demonstra as disputas entre pertencimento e despertencimento em jogo.

Em nossas análises nessa plataforma, buscamos descortinar operações violentas, que vão desde a invisibilização das lesbianidades, a fim de garantir a manutenção da heteronorma, até a violência física vivida por mulheres que escancaram em seus corpos a rejeição aos padrões de feminilidade que fazem parte do padrão desejável.

Outra faceta dessa operação violenta que observamos é a fetichização. Na nossa coleta do *YouTube* percebemos que alguns vídeos traziam mulheres muito feminilizadas, jovens, brancas, magras e sem deficiência se beijando e se tocando como se para um espectador. Esse exemplo escancara uma lógica violenta em que lésbicas feminilizadas, parte do padrão de beleza hegemônico, são usadas como fetiche, como se precisassem ser assimiladas de qualquer forma pela heteronorma, nesse caso para o olhar masculino. Associando essa percepção ao que observamos nos vídeos de violência física, percebemos que, enquanto lésbicas femininas eram fetichizadas, as lésbicas desfeminizadas deveriam ser disciplinadas pela violência física.

A forma como as experiências das lesbianidades se dão a ver no *YouTube*, portanto, ocorre sempre em negociação com a norma de gênero, a partir da intersecção entre gênero e sexualidade. É importante destacar aqui que tal intersecção não ocorre na dualidade que remonta a uma lógica de opressão entre homem e mulher, mas reflete uma dinâmica de gênero muito mais complexa, mais relacionada à dissidência de gênero e sua identificação a partir dos ideais de feminilidade e masculinidade. Podemos concluir, então, que há uma maior visibilidade de mulheres brancas, feminilizadas, magras e jovens, o que nos permite compreender que, nas mídias sociais, como na sociedade em geral, algum desvio pode ser tolerado, desde que sejam mantidos outros padrões desejáveis.

Em uma investida mais recente, realizamos uma busca ativa no *YouTube* e *Instagram* com o intuito de encontrar também perfis e produções de lésbicas negras, gordas, mais velhas, com deficiência. Principalmente por entender que as mídias



sociais têm sido também um espaço para resistências à padronização dos nossos corpos e experiências. Havia o interesse também em verificar o potencial de circulação desse conteúdo, a fim de complexificar o que estamos chamando de caráter anti-interseccional do algoritmo, já que é inegável que conteúdos produzidos por mulheres que vivenciam as lesbianidades de formas diversas, que abordam as intersecções da sexualidade com outras avenidas identitárias, também estão presentes nessas plataformas, ainda que circulem de forma limitada. Dentre as produções que nos chamaram atenção nesse aspecto estão: os canais do *YouTube* *Sapatão Amiga* e *Dedilhadas*; os perfis no *Instagram* *@vanessagrao* e *@pretacaminhao*.

No *Sapatão Amiga* (5,85 mil inscritos), Ana Claudino que é uma mulher negra, gorda e moradora do subúrbio do Rio de Janeiro, produz um conteúdo politizado e atento às interseccionalidades, abordando temas voltados à raça, gênero e sexualidade em vídeos mais longos que utilizam autoras como Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Sueli Carneiro e Angela Davis. Contudo, ainda que os temas sejam densos, a *youtuber* utiliza uma linguagem acessível e até um tom bem humorado para facilitar a compreensão.

O canal *Dedilhadas* (28,1 mil inscritos), produzido por duas mulheres com mais de trinta anos, Sassá e Rô, aborda temas ligados às lesbianidades, muitos deles a partir do olhar de mulheres que vêm de uma geração diferente daquelas que possuem mais visibilidade no *YouTube* atualmente, geralmente mais jovens. Elas, inclusive, fazem ponderações sobre o conteúdo de vídeos mais antigos, destacando que a percepção delas mudou ao longo do tempo, já que afirmam ter um pioneirismo na plataforma, sendo o primeiro canal a abordar esses temas.

Já no que se refere às experiências vivenciadas por uma mulher lésbica com deficiência, o perfil da Vanessa Grão (*@vanessagrao* - 11,7 mil seguidores) no *Instagram* apresenta conteúdos em que essa intersecção entre sexualidade e deficiência é abordada, fazendo visível a compatibilidade entre seu corpo, o amor e a sua sexualidade.

No *@pretacaminhao* (17,4 mil seguidores), Jamine Miranda descreve o conteúdo que publica como "Vivências, Auto Cuidado, Moda, Outfits". Tal mescla evidencia que ela produz postagens que são mais afeitas ao tipo de conteúdo que tende a ter mais circulação nessa rede social, como é o caso das publicações sobre moda, ao mesmo tempo em que promove reflexões sobre sua experiência como



sapatão, preta e caminhão. Temas como a romantização da violência na relação entre mulheres e a representatividade que só enxerga formas padrão de feminilidade estão presentes em seu perfil.

Ainda que os perfis e canais citados acima demonstrem que há abordagens de caráter interseccional – assim como corpos que estão para além do padrão de mulher branca, magra, jovem e sem deficiência – presentes no ambiente das mídias sociais, o fato de que tivemos que realizar uma busca ativa para encontrá-los nos diz sobre quais são as experiências que ganham mais visibilidade nessas ambiências. Ou seja, a lógica algorítmica anti-interseccional dessas plataformas faz com que tais materiais fiquem restritos aos usuários que já consomem esse tipo de conteúdo.

Considerações finais

A abordagem interseccional demanda uma investigação crítica, que não deixe de lado os entrecruzamentos que vão dar contornos específicos às opressões que vivenciamos. No esteio das lesbianidades, ou seja, de uma dissidência de sexualidade, as avenidas identitárias (CRENSHAW, 2002) vão fazer com que as opressões se conjuguem, constituindo experiências sociais muito diversas. Ao entendermos a lesbianidade como identidade e como prática, torna-se possível percebê-la como um dos componentes da identidade, não o único, ao mesmo tempo em que as práticas são ressignificadas no contexto de outras opressões referentes à raça, classe, idade, geolocalização, deficiência, entre outras.

Nas análises que trouxemos, a fim de evidenciar as experiências das lesbianidades que se dão a ver e circulam nas mídias sociais, percebemos lógicas hierárquicas que remontam à colonialidade denunciada por Quijano (2001-2002), uma vez que os corpos e vivências que ganham mais visibilidade são notadamente fruto de uma branquitude de ordem moderna-colonial. Da mesma forma, o binarismo de gênero, de que trata Lugones (2014, 2020), está presente nas negociações com as feminilidades e masculinidades normativas presentes nas produções, bem como no modo com o que foge do desejável é tratado, como vemos ocorrer com a violência direcionada às lésbicas desfeminizadas. É possível concluir, portanto, que há um ideal de lesbianidade que emerge e ganha força nos regimes visuais próprios dessas plataformas.



Ainda que nossos estudos sugiram que estão presentes nas plataformas de mídias sociais conteúdos que não encontrávamos com a mesma frequência nas mídias tradicionais, não devemos perder de vista que cada plataforma estabelece regras para o material veiculado. Cada plataforma ancora-se em padrões algorítmicos específicos que nos permitem adicionar e buscar conteúdo, por meio dos quais buscam nos induzir a acreditar que todo conteúdo coletado nesses espaços está disponível a todos. Contudo, o que podemos observar em nossas pesquisas é que vivências e corpos dentro do padrão hegemônico tendem a obter maior circulação e atingir mais visibilidade.

Nessas pesquisas, pudemos observar que nas plataformas de mídias sociais analisadas convivem conteúdos de compartilhamento de vivências e narrativas de lesbianidades, produções fetichizadas dessas experiências e conteúdos de violência e abuso. As formas de registro e circulação de conteúdo típicas dos fluxos digitais têm incidido na própria produção das lesbianidades e criado redes (de afeto e apoio, de informação, de relações afetivo-sexuais, de ódio, de violência, de perigo e exposição) entre mulheres lésbicas e destas com outros setores da sociedade, tanto na manutenção de certas normas sociais, quanto no tensionamento de tais normas. Sendo assim, pode-se afirmar que há uma lógica anti-interseccional em operação nessas plataformas, tendo em vista como seus algoritmos distribuem a visibilidade e como acabam por atuar em favor da homogeneização das experiências das lesbianidades, solapando as diferenças, reforçando/reproduzindo/reafirmando uma forma mais desejável de ser lésbica.

Referências

AGOSTINI, Adriana. The L Word - eLas por eLas: e o universo lésbico se apresenta na TV. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

ALMEIDA, Gláucia & HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Gênero**, v. 9, n. 1, 20 sem. P. 225-249. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30947/18036> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / rumbo a uma nova consciência. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n.3, Florianópolis Sept/Dec 2005. Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015>
Acesso em: 07 mai. 2022.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

ARC, Stéphanie. **As lésbicas**: mitos e verdades. São Paulo: GLS, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMERON, Barbara. Para los que non son bastardos de los pelegrinos. In: MORAGA, C; CASTILLO, A. **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco, Ism Press Inc Editorial, 1988.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10(1): 171-187, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBOQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist policies. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, n. 1, pp. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em: 10 ago. 2022.

D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

DE LAURETIS, Teresa. As tecnologias do gênero. In Buarque de Hollanda, Heloísa (Org.). **Tendências e impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

DIJCK, José Van. **The Culture of Connectivity**: A Critical History of Social Media. New York: Oxford University Press, 2013.

FACCHINI, Regina. Entre umas e outras: mulheres (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. **Tese (Doutorado)**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Revista Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95–121, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722/563> . Acesso em 03 mai. 2022.



GIMENO, Beatriz. **La construcción de la lesbiana perversa:** visibilidade y representación de las lesbianas en los medios de comunicación: el caso Dolores Vázquez-Wanninkhof. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 106–122, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/12188/10214/> Acesso em: 10 ago. 2022.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira Ciência Política**, n.16, p.193-210, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2022.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, Apr/ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?lang=pt> Acesso em: 10 ago 2022.

LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. **Ártemis**, v. 07, dez. 2007. p. 93-100. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2154#:~:text=Resumo,mulher%3B%20%C3%A9%20um%20conceito%20evolucion%C3%A1rio.> Acesso em: 10 ago. 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

_____. Não existe hierarquia na opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 22(3), p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert. **Jacarés e lobisomens:** dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MORAGA, Cherríe. La güera. In: MORAGA, C; CASTILLO, A. **Esta puente, mi espalda:** voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco, Ism Press Inc Editorial, 1988.

NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. Quem nomeou essas mulheres “de cor”? Políticas feministas de tradução que mal dão conta das sujeitas negras traduzidas. In: Revista **Translatio**. Tradução e Diásporas Negras. Porto Alegre, n. 13, junho de 2017 p. 127-142. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/71586/42047>> Acesso em: 03 abr. 2021

OYEWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. P. 27-131.



PINHEIRO, Pedro Marques. Vampirar que amam mulheres: sentidos e performances de lesbianidade no fandom de Carmilla. **Dissertação** (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2018.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, São Leopoldo (RS), v. 22, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01> Acesso em: 10 ago. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. in: **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**, Año 4, Números 7 e 8, Septiembre-abril, 2001-2002.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p. 17-44. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em 20 mai. 2022.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007, p. 19-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcOqkryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2022.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 01 mai. 2022.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane; XAVIER, Kellen; HOKI, Leíner. Sapatão+: lesbianidades negras, gordas, mais velhas e com deficiência nas plataformas de mídias sociais. In: **Revista Fronteiras** (24), janeiro-abril de 2022, p. 99-113. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/23972/60749016>. Acesso em 10 ago. 2022.

ZILLER, Joana, BARRETOS, Dayane do Carmo, BETTONI, Isabella, XAVIER, Kellen do Carmo & HOKI, Leíner. O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación** (21), 39, ago. 2022, p. 221-232. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/801/828>. Acesso em 10 ago. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Profile Books, 2019. (Paginação irregular para Kindle).

ZULLI, Diana, & ZULLI, David James (2020). Extending the Internet meme: Conceptualizing technological mimesis and imitation publics on the *TikTok* platform. **New Media and Society**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444820983603>. Acesso em 20 mai. 2022.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.